

Sumário

Apresentação	15
PRIMEIRA AULA – Módulo introdutório ao semestre acadêmico	19
1. Apresentação	19
2. Por que se deve cumprir as “Leis”?	20
2.1. Análise de legitimidade quanto à origem do Direito	20
2.1.1. O Direito Natural	21
2.1.2. O Positivismo Jurídico	32
2.2. Análise de legitimidade quanto ao procedimento do intérprete	35
2.2.1. O Formalismo Jurídico	37
2.2.2. O Realismo Jurídico	38
2.2.3. O Processualismo Jurídico	40
2.2.4. O Reconstitutivismo Jurídico e o Interpretativismo Jurídico	41
2.2.5. A análise econômica do direito	43
2.2.5.1. Modelos de eficiência jurídico-econômica	44
2.2.5.1.1. A optimalidade de pareto	44
2.2.5.1.2. O critério de Kaldor-Hicks	45
2.2.5.1.3. Direito como instrumento de maximização da riqueza	45
2.2.5.2. O teorema de Coase	45
2.2.5.3. A aplicação do método econômico para a interpretação do direito	46
3. Antecedentes históricos do direito falimentar	47
3.1. O Direito Falimentar na antigüidade	48
3.1.1. O “Decoctor” no Direito Romano	48
3.1.2. A bancarrota na Idade Média	49
3.2. O Direito Falimentar contemporâneo	53
3.2.1. O falido no Direito moderno	53
3.2.2. Os regimes alternativos à liquidação	55
SEGUNDA AULA – O direito empresarial falimentar	61
1. Apresentação	61
2. O ciclo de existência econômica das empresas	62
3. Pressupostos jurídicos de existência de uma empresa e as condições legais de regularidade	63
4. Análise comparativa entre o Decreto – Lei nº 7.661/45 e a Lei nº 11.101/05	68
TERCEIRA AULA – Apresentação da Lei nº 11.101/05 e de seu regramento ordenatório	73
1. Apresentação	73
2. Parte geral	74



2.1. Regra de transição	74
2.2. Regimes de regulamentação da crise da empresa	78
2.3. Destinatários	81
2.4. Jurisdição e competência	84
2.5. Ministério Público	89
2.6. Créditos pré-excluídos	93
QUARTA AULA – Institutos comuns à recuperação judicial e à falência (Parte I)	97
1. Apresentação	97
2. Administrador judicial	97
2.1. Atribuições	97
2.2. Critérios de escolha e remuneração	102
2.3. Questões de interesse	105
3. Verificação e habilitação de crédito	107
3.1. Credores tempestivos	108
3.2. Credores retardatários	112
3.3. Pedido de reserva	113
3.4. Quadro geral de credores	115
3.5. Ação retificatória	116
4. Comitê de credores	117
QUINTA AULA – Institutos comuns à recuperação judicial e à falência (Parte II – Assembléia-Geral de Credores)	121
1. Apresentação	121
2. Realização da Assembléia-Geral de Credores	122
2.1. Atribuições deliberativas	123
2.2. Convocação	125
2.3. Instalação	127
2.4. Despesas	128
3. Participação	129
3.1. Pressupostos e condições	129
3.2. Formas de participação	131
4. Regras de votação	132
4.1. Regra geral	132
4.2. Regras especiais	133
4.2.1. Credores retardatários	133
4.2.2. Credores trabalhistas	134
4.2.3. Credores com direito real de garantia	135
4.2.4. Credores em moeda estrangeira	135
4.2.5. Credores sem direito a voto	136
5. Quorum de deliberação	137
5.1. Regra geral	138
5.2. Regras especiais	139
5.2.1. Comitê de credores	139
5.2.2. Plano recuperatório	140
5.2.3. Forma alternativa de liquidação do ativo	142
SEXTA AULA – Recuperação judicial (Parte I)	143
1. Apresentação	143
2. Legitimação	145
2.1. Pressupostos de legitimidade	145
2.2. Requisitos de legitimidade	148



2.2.1. Regularidade temporal	148
2.2.2. Não ser falido	149
2.2.3. Não ter recebido igual benefício	151
2.2.4. Não ter sido condenado por crime previsto na Lei nº 11.101/05	153
3. Alcance de efeitos jurídicos do regime recuperatório	154
SÉTIMA AULA – Recuperação judicial (Parte II)	159
4. Procedimento geral	159
4.1. Início do procedimento	160
4.2. Apresentação do plano recuperatório	166
4.3. Avaliação e votação do plano recuperatório e concessão do regime de recuperação judicial	169
5. Efeitos da concessão do regime de recuperação judicial	175
6. Procedimento especial de recuperação judicial para as microempresas e empresas de pequeno porte	182
7. Formas de convalidação da recuperação judicial em falência	183
OITAVA AULA – Falência (Parte I – A Teoria Falimentar)	187
1. Apresentação	187
2. Legitimação	190
3. Base Jurídica	192
3.1. Suporte fático impontualidade	195
3.2. Suporte fático execução frustrada	196
3.3. Suporte fático atos de falência	198
4. Teoria sistêmica	200
4.1. Lançamento judicial da presunção de insolvência do devedor	200
4.2. Oportunidade de destruição da presunção de insolvência lançada pelo credor	201
4.3. Julgamento da presunção de insolvência	202
NONA AULA – Falência (Parte II – Fase Pré-falimentar)	203
1. Apresentação	203
2. Procedimento	204
2.1. Procedimentos em ações falimentares propostas por credor	204
2.1.1. Procedimento falimentar por impontualidade	205
2.1.2. Procedimento falimentar por execução frustrada	211
2.1.3. Procedimento falimentar por atos de falência	213
2.2. Procedimento na ação de autofalência	215
DÉCIMA AULA – Falência (Parte III – Sentença Falimentar)	217
1. Apresentação	217
2. Introdução	217
3. Natureza jurídica da sentença falimentar	219
4. Requisitos da sentença falimentar	220
5. Recursos contra a sentença falimentar	229
DÉCIMA PRIMEIRA AULA – Falência (Parte IV – Sentença Falimentar – Continuação)	233
6. Efeitos da sentença falimentar	233
6.1. Efeitos da sentença falimentar quanto aos credores	236
6.1.1. Princípio “pars conditio creditorvm”	236
6.1.2. Habilitação automática de todos os créditos remanescentes da recuperação judicial	243

6.1.3. Conversão dos créditos em moeda estrangeira	244
6.1.4. Vencimento antecipado das obrigações do falido(a)	244
6.1.5. Suspensão do curso da prescrição das dívidas	245
6.1.6. Suspensão das ações e execuções contra a massa falida	245
6.2. Efeitos da sentença falimentar em relação ao falido(a)	246
6.2.1. Efeitos quanto à pessoa do falido(a)	246
6.2.2. Efeitos quanto aos bens do falido(a)	248
6.3. Efeitos da sentença falimentar quanto a terceiros	257
6.3.1. Em relação aos contratos	257
6.3.1.1. Relações contratuais previstas no artigo 119	258
6.3.1.2. Contrato de mandato	261
6.3.1.3. Contrato de conta corrente	261
6.3.1.4. Participação societária e condomínio indivisível	262
6.3.1.5. Contratos bilaterais	262
6.3.2. Em relação aos atos revogáveis	264
6.3.2.1. Ação declaratória de ineficácia	265
6.3.2.2. Ação revocatória falencial	268
DÉCIMA SEGUNDA AULA – Falência (Parte V – Fase Falimentar)	271
1. Apresentação	271
2. Princípios jurídicos aplicáveis ao regime falimentar	271
3. Arrecadação e avaliação de bens	274
4. Pedido de restituição	277
4.1. Introdução	278
4.2. Restituição ordinária	279
4.3. Restituição extraordinária	280
4.4. Restituição em dinheiro	282
4.5. Restituição previdenciária	284
5. Liquidação	284
5.1. Introdução	284
5.2. Modalidades de liquidação	285
6. Pagamento	288
7. Providências finais para o encerramento do processo falimentar	290
8. Reabilitação do falido	291
DÉCIMA TERCEIRA AULA – Recuperação Extrajudicial	295
1. Apresentação	295
2. Procedimento	296
DÉCIMA QUARTA AULA – Direito Penal e Direito Processual Penal Falimentar e disposições finais e transitórias	301
1. Apresentação	301
2. Direito penal falimentar	302
2.1. Aspectos gerais	302
2.2. Fundamentos do sistema repressivo penal falimentar	303
2.2.1. Justa causa	303
2.2.2. Configuração típica	304
2.2.3. Condição(ões) para o exercício legítimo da pretensão punitiva	305
2.2.4. Identificação dos agentes puníveis	306
2.2.5. Prescrição	309

2.2.6. Direito intertemporal	310
2.3. Efeitos da condenação	311
3. Direito processual penal falimentar	311
4. Disposições finais e transitórias	313
Bibliografia	317

